

# O DEBATE ENTRE NEORREALISMO E NEOLIBERALISMO

## *The Debate between Neorealism and Neoliberalism*

Hugo Freitas Peres\*

### **RESUMO**

O debate acerca da Teoria das Relações Internacionais se tornou complexo analogamente às mudanças ocorridas no sistema internacional. Neste projeto, propomos analisar e confrontar os paradigmas Neorrealista e Neoliberal, apresentando suas interpretações sobre a atuação dos Estados no sistema internacional e os diferentes conceitos de sociedade internacional e relações internacionais. Os dois paradigmas serão justapostos, avaliando-se seus vícios teóricos e contribuições para a Teoria das Relações Internacionais. O estudo dessas correntes teóricas enseja a compreensão da dinâmica do relacionamento entre Estados e os fatores que balizam a política externa das nações, conhecimento esse indispensável para a interpretação dos acontecimentos globais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Relações Internacionais; Neorealismo; Neoliberalismo.

### **ABSTRACT**

The debate about the Theory of International Relations has become complex according to changes in international system. In this project, we propose to analyze and compare the paradigms Neorealism and Neoliberalism, presenting their interpretations of the role of states in the international system and the different concepts of international society and international relations. The two paradigms will be juxtaposed to evaluate its vices and theoretical contributions to the Theory of International Relations. The study of these currents rise to theoretical understanding of the dynamics of the relationship between states and the factors that marks out foreign policy of nations, knowledge that is essential for interpretation of global events.

**Keywords:** International Relations; \_Neorealism; \_Neoliberalism.

---

\* Aluno do curso de Relações Internacionais da Unicuritiba.

## 1.0 INTRODUÇÃO

A Teoria das Relações Internacionais, por constituir uma incipiente área de pesquisa, não só é objeto de controvérsias teóricas, mas também carece de corpo doutrinário e metodológico coerente. O estudo dessa área é dificultado por sua natureza interdisciplinar: em uma análise pertinente do sistema internacional, devem se inter-relacionar aspectos sociais, econômicos, jurídicos, históricos e políticos. A partir da tradição liberal, elaborada no começo do século XX, a Teoria das Relações Internacionais se segmentou em paradigmas, entre os quais figuram o Idealismo-liberal e o Realismo. Contudo, os eventos que marcaram o período pós-Segunda Guerra Mundial evidenciaram a necessidade de se reformular esses paradigmas, para tornar suas interpretações teóricas compatíveis com o sistema internacional em formação. Desse modo, eles evoluíram para o que se convencionou chamar de Neorrealismo e Neoliberalismo. Desenvolvidos nas décadas de 1970 e 1980, esses paradigmas atualmente dominam o debate teórico acerca das Relações Internacionais. Neste artigo, foram traçadas as principais características das teorias idealista-liberal e realista, para então se expor os paradigmas neoliberal e neorrealista, inseridos em seus respectivos contextos históricos. Por fim, esses paradigmas são justapostos, ensejando uma análise crítica sobre seus postulados, e é destacada sua contribuição para a Teoria das Relações Internacionais.

## 2.0 A PROPOSTA IDEALISTA-LIBERAL

A Teoria das Relações Internacionais emergiu, na década de 1920, da concatenação dos preceitos internacionalistas liberais. As teses centrais de Locke, Montesquieu, Adam Smith e Immanuel Kant são componentes essenciais de todo o edifício conceitual das Relações Internacionais<sup>1</sup>.

O pensamento idealista-liberal, assim como o atual paradigma liberal, possui alguns postulados em que se verifica a influência de concepções

---

<sup>1</sup> GONÇALVES, W. **Relações Internacionais**. [S.d.]

iluministas. Essa relação assinalou no Idealismo-liberal a confiança na efetividade da norma não só como reguladora de conduta das relações internas e externas entre os sujeitos, mas também como promotora da paz entre Estados soberanos. Além disso, livre comércio e democracia foram concebidos como fatores eficazes para a promoção da paz e do desenvolvimento<sup>2</sup>.

A preocupação central da doutrina liberal é com a *liberdade do indivíduo*. A autonomia individual deve ser protegida e incentivada ao máximo, de modo que a sociedade, como um todo, progrida. Para os liberais, a busca, por indivíduos livres, da realização de seus interesses, produz um resultado social positivo – mesmo que a motivação seja egoísta.

Essa perspectiva atribui ao homem uma natureza boa, que torna o progresso social possível<sup>3</sup>. Segundo Kant: “é de se encontrar no homem uma disposição originária moral (...), embora na verdade dormente atualmente, de se tornar senhor do princípio mal dele”<sup>4</sup>. Assim, explica-se o mau comportamento humano pela má influência de instituições inadequadas e corruptas, além do desentendimento entre líderes, principal causa de guerras.

Segundo a doutrina idealista-liberal, sociedades bem-ordenadas, regidas por instituições justas, tendem a ser *auto-reguladas*. A consequência dessa visão é que o Estado passa a ser percebido como um mal necessário e uma ameaça potencial. Não obstante imprescindível para assegurar a proteção contra ameaças externas e a vigência da lei interna, o Estado, em sua busca pelo poder, oprime a sociedade e está constantemente minando a paz e promovendo guerras.

O sistema internacional é percebido, tanto por liberais quanto por realistas, como anárquico e conflituoso. Entretanto, a tradição liberal se diferencia pela não aceitação dessa condição como imutável. Assim, ela desenvolve propostas alicerçadas no livre comércio, na democracia e nas instituições, com o objetivo de mudar a realidade internacional, tornando-a menos conflituosa e mais cooperativa.

---

<sup>2</sup> SALDANHA, E. **Teoria das Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2005.

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> KANT, I. **À paz perpétua**. Porto Alegre: LP&M, 1997, p. 40.

Os pensadores liberais afirmam haver uma incompatibilidade entre comércio e guerra. Conflitos armados prejudicam muito a atividade econômica doméstica e, principalmente, provocam a cessação do comércio internacional. Segundo Kant, à medida que se aprofundasse a *interdependência* entre as nações, a *reciprocidade* seria assumida como base para o relacionamento entre Estados. Assim, a compreensão mais ampla dos benefícios do comércio para a sociedade ensejaria o apoio da opinião pública a políticas externas mais pacíficas<sup>5</sup>.

Outra concepção integrante da tradição idealista-liberal é a relação entre democracia e paz. Kant<sup>6</sup> afirma ser mais difícil qualquer decisão que conduza à guerra em Repúblicas cujo poder estiver alicerçado na representação de interesses coletivos. Parte-se da premissa de que os indivíduos refutariam o conflito, pois não desejam colocar em risco suas vidas. Dessa forma, sociedades democráticas buscariam resolver suas diferenças pacificamente por meio do Direito Internacional, guiadas pela razão e interesses de proteção da vida, bem-estar material e liberdade.

As instituições internacionais foram concebidas por Kant<sup>7</sup> para atuarem como mecanismos que proporcionem a resolução pacífica de controvérsias. O fortalecimento do Direito Internacional e a criação de instituições que intermediem as relações entre Estados equilibrariam o sistema internacional, pois mitigariam seu caráter conflituoso decorrente do estado de anarquia.

O advento da Primeira Guerra Mundial foi a caixa de ressonância da necessidade de mudanças no sistema internacional. A intervenção do Presidente norte-americano, Woodrow Wilson (1856-1923), na política internacional, ensejou a implementação dos preceitos liberais. Acreditava-se que a guerra havia resultado de alguma falha existente no equilíbrio de poder, que regulava as relações entre as grandes potências<sup>8</sup>. Assim, Wilson apresentou, em 8 de janeiro de 1918, o documento que ficou conhecido como os “Quatorze Pontos de Wilson”.

---

<sup>5</sup> KANT, op. cit.

<sup>6</sup> Ibid.

<sup>7</sup> Ibid.

<sup>8</sup> GONÇALVES, op. cit.

A despeito do caráter normativo e pouco científico, esse conjunto de propostas previu a criação da Liga das Nações, em 1919, e marcou o pródromo de um período de esforços para se alcançar a paz, por meios jurídicos, que se estendeu até 1939.

### 3.0 A CRÍTICA REALISTA

O fracasso do Tratado de Versalhes, a crise de 1930, a Segunda Guerra Mundial e a subsequente bipolarização do sistema internacional desacreditaram as teses liberais das Relações Internacionais. Segundo Williams Gonçalves:

[...] a desconsideração dos liberais para com a luta pelo poder teria demonstrado a enorme distância entre o desejo de paz e prosperidade e a realidade conflituosa das relações internacionais. Conseqüentemente, ao longo dos anos marcados pela Guerra Fria, a Teoria Realista foi considerada pela maioria dos analistas como a única capaz de exprimir, com fidelidade, os aspectos fundamentais que davam sentido às relações internacionais em todas suas dimensões<sup>9</sup>.

Edward Hallett Carr (1892-1982) foi o primeiro a formular uma crítica realista à doutrina liberal. Em seu livro, *Vinte anos de crise – 1919-1939*, publicado pouco antes da Segunda Guerra Mundial, Carr apresentou o debate na área como entre idealistas, ou utópicos, e realistas. Ele afirma que “o utópico torna a teoria política uma norma a que a prática política tem de ajustar-se. O realista vê a teoria política como um tipo de codificação da prática política”<sup>10</sup>.

Assim como a doutrina liberal das Relações Internacionais, o paradigma realista foi erigido com base em autores clássicos da ciência política. Os conceitos de pensadores como Tucídides, Maquiavel e Hobbes foram adaptados às premissas e princípios do Realismo do século XX.

---

<sup>9</sup> GONÇALVES, op. cit.

<sup>10</sup> CARR, E. *Vinte anos de crise -1919 – 1939*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, p. 18.

Após a Segunda Guerra, Hans J. Morgenthau (1904 – 1980)<sup>7</sup> dá um passo decisivo ao propor, em *Política entre as nações* a codificação do poder como esteio principal da corrente realista. Enfatizando uma percepção negativa do ser humano – cuja natureza é determinada pelo medo, prestígio e ambição –, os elementos centrais de análise passam a ser Estado, anarquia, sobrevivência e poder.

O ator central das relações internacionais, para os realistas, é o Estado. Ele é considerado unitário, pois atua de maneira homogênea e uniforme no sistema internacional; e racional, pois defende o *interesse nacional* – definido como aquisição de poder – no nível internacional, procurando simultaneamente o menor custo e o maior benefício<sup>11</sup>.

A anarquia é o conceito balizador da ação dos Estados no sistema internacional. A ausência de uma autoridade suprema e legítima que possa ditar as regras, interpretá-las, implementá-las e punir quem não as obedece<sup>12</sup> faz prevalecer a “lei do mais forte”. De acordo com Hobbes:

[...] durante o tempo em que os homens vivem sem um poder comum capaz de os manter a todos em respeito, eles se encontram naquela condição a que se chama guerra. Uma guerra que é de todos os homens contra todos os homens. A guerra não consiste apenas na batalha, ou no ato de lutar, mas naquele lapso de tempo durante o qual a vontade de travar batalha é suficientemente conhecida.”<sup>13</sup>

Os realistas reproduzem esse cenário – descrito por Hobbes como “estado de natureza” – nas relações internacionais. Destarte, os Estados lutam permanentemente por sua sobrevivência e desconfiam uns dos outros, inseridos em um contexto de anarquia inexorável que permeia as relações internacionais.

A sobrevivência é definida como o interesse nacional supremo e fundamental que mobiliza todas as capacidades nacionais e transcende todos os

---

<sup>11</sup> MESSARI, N ; NOGUEIRA, J.P. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

<sup>12</sup> MESSARI; NOGUEIRA, op. cit.

<sup>13</sup> HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2004, p.98.

demais interesses<sup>14</sup>. Por ser a sobrevivência do Estado análoga à do indivíduo, ela compele líderes políticos a tomarem decisões moralmente inaceitáveis caso fossem tomadas por indivíduos privados. Com base na obra de Maquiavel,<sup>15</sup> infere-se que qualquer objetivo do governante somente tem validade se não estiver se opondo ou diminuindo o objetivo primordial da sobrevivência. Dessa forma, o Estado passa a ser visto como depositário de um direito à auto-preservação que supera a obrigação moral, tornando a realização de seus interesses um fim moral em si mesmo<sup>16</sup>.

O poder é considerado pelos realistas um elemento central de análise das relações internacionais. Segundo Waltz<sup>17</sup>, o poder é a capacidade de influenciar o sistema internacional mais do que ser influenciado por ele, constituindo um meio para garantir a segurança e sobrevivência. A irreprimível busca pelo poder faz com que a presença da força marque a relação dos atores no meio internacional, pois são compelidos a aprimorar constantemente seus mecanismos de segurança (forças armadas, política externa, poder econômico etc), com vistas a sobrepujar outros Estados. Por conseguinte, a ação política é baseada no poder. Isso implica na autonomia da esfera política em relação às demais esferas sociais, de sorte que a ação dos Estados pode ser analisada a partir da luta entre os Estados pelo poder.

Durante a Guerra Fria, os Princípios do Realismo Político se arraigaram na análise das relações internacionais. Elaborados por Morgenthau, esses Princípios ressaltam o caráter objetivo do realismo político e seu vínculo direto com uma avaliação “pessimista” da natureza humana (*Princípio 1*); a importância central no realismo político do “interesse”, com a observação de que este não deve ser entendido como imutável (*Princípios 2 e 3*); a percepção da questão moral nas relações internacionais, sob a ressalva de que as aspirações morais de uma nação não se identificam com as do “conjunto dos preceitos morais, que regem o

---

<sup>14</sup> MESSARI; NOGUEIRA, op. cit.

<sup>15</sup> MAQUIAVEL, N. **O príncipe** São Paulo: Hemus, 1977.

<sup>16</sup> CARR, op. cit.p. 206.

<sup>17</sup> WALTZ .K. **Origins of War in Neorealist Theory**. Journal of Interdisciplinary History, v. 18, 1988.

universo” político (*Princípios 4 e 5*); e a autonomia da esfera política enquanto campo de investigação dos fenômenos internacionais (*Princípio 6*)<sup>18</sup>.

O conjunto da obra de Morgenthau reivindica uma atemporalidade aos preceitos do realismo político. Dessa forma, essa doutrina se posicionou como detentora de uma especial “profundidade”, que lhe conferia uma superior apreensão da realidade.

#### **4.0 O SURGIMENTO DO NEORREALISMO**

O Realismo Clássico prevaleceu sobre as demais perspectivas -até meados de 1970. Nessa década, houve uma reação face às concepções teóricas tradicionais, por não mais refletirem o cenário internacional. O período de distensão entre Estados Unidos e União Soviética, que se seguiu à Crise dos Mísseis (1962); o término da Guerra Fria sem a eclosão de um conflito direto; o repúdio, nos Estados Unidos, da Guerra do Vietnã; e a crise do petróleo de 1973, em que países fracos impuseram seus interesses políticos e econômicos a países fortes, evidenciaram as limitações das perspectivas clássicas para interpretar o sistema internacional contemporâneo.

Além disso, a crescente relevância dos assuntos econômicos contestava a centralidade do papel do Estado nas relações internacionais. Empresas transnacionais, organizações internacionais e organizações não-governamentais (ONGs) despontaram como fatores de influência na arena internacional, ensejando críticas à doutrina realista.

Nesse contexto, Kenneth Waltz procurou resgatar o realismo diante das críticas que proliferavam. Sua obra *Theory of International Politics* (1979) representou um ponto de inflexão no desenvolvimento de modelos para análise das relações internacionais. Ela marcou o surgimento do Neorealismo ou Realismo Estrutural, vertente teórica que buscou aprimorar e refinar o Realismo Clássico.

---

<sup>18</sup> MORGENTHAU, H. **A política entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

Ao desenvolver a teoria de política internacional, o Neorrealismo conserva os princípios essenciais da *realpolitik*, mas meios e fins são vistos diferentemente, como o são causas e efeitos. Enquanto para Morgenthau o estadista “racional” busca acumular poder progressiva e ininterruptamente, vislumbrando-o como um fim em si mesmo, -Waltz concebe o poder como um meio possivelmente útil, de sorte que os Estados correm riscos se possuem poder excessivo ou insuficiente<sup>19</sup>. Dessa forma, um estadista prudente almejará possuir apenas o poder necessário para atingir seus objetivos. Não obstante, ressalta-se que, em situações cruciais, a preocupação do Estado não será com o poder, mas com a segurança\*.

Na perspectiva neorrealista, a política internacional pode ser compreendida apenas se os efeitos da *estrutura* forem adicionados às explicações do Realismo tradicional. Waltz define estrutura em três aspectos: princípio ordenador, característica de suas unidades e distribuição das capacidades entre elas<sup>20</sup>.

O princípio ordenador, nas relações internacionais, é a anarquia. Isso se deve à ausência de uma autoridade soberana que possua o monopólio do uso legítimo da força, comparável ao estado de natureza hobbesiano.

As unidades, por serem funcionalmente similares, não têm destaque analítico. Nas relações internacionais, elas se -caracterizam pelo sistema de *auto-ajuda*, isto é, não podem contar com as demais unidades para garantir sua sobrevivência. Inseridos em um sistema anárquico, os Estados devem prover sua própria segurança.

A distribuição das capacidades é conceituada como equilíbrio de poder ou polaridade. No nível do sistema, o que interessa não são os recursos de poder de cada unidade, mas como esses recursos são distribuídos entre elas. Para Waltz, pode haver apenas dois tipos de distribuição das capacidades entre as unidades: bipolar ou multipolar. Ele considera ser o sistema bipolar mais estável por dificultar o jogo duplo e alianças não declaradas entre os Estados, tornando o sistema internacional mais transparente.

---

\* Segundo Waltz, a segurança de um país depende da quantidade e qualidade de seus armamentos em relação a outros países, a conveniência de sua estratégia, a resiliência de sua sociedade e economia e a habilidade de seus líderes.

<sup>19</sup> WALTZ, op. cit.

<sup>20</sup> MESSARI; NOGUEIRA, op. cit.

Em síntese, o Neorealismo apresenta uma imagem estrutural do sistema internacional, retratando suas unidades de acordo com seu ordenamento<sup>21</sup>. Os Estados são considerados atores unitários, cujo propósito fundamental é a sobrevivência, e constituem as unidades da estrutura. A característica essencial da estrutura do sistema internacional é a anarquia, de modo que mudanças ocorrem apenas quando há variações no número de grandes potências. Considerando que Waltz descarta a possibilidade de haver uma estrutura unipolar – pois se confundiria com uma estrutura hierárquica – a única mudança factível é de um sistema bipolar para um multipolar.

A estrutura internacional exerce uma pressão que restringe e se impõe ao comportamento das unidades, superando os propósitos gerados internamente pelos Estados – a política externa – à medida que molda a interação entre as unidades. Waltz argumenta que “o realismo estrutural explica por que diferentes unidades se comportam similarmente e, a despeito das variáveis, produzem resultados dentro das estimativas”<sup>22</sup>.

Segundo Baracuhy: “a teoria neorealista explica o comportamento dos Estados em uma lógica descendente, isto é, partem da estrutura sistêmica e da posição da unidade no sistema internacional, para explicar comportamentos e resultados”<sup>23</sup>. Destarte, ela explica apenas resultados internacionais, jamais políticas externas específicas.

De acordo com a perspectiva neorealista, competição e conflito entre Estados decorrem diretamente da condição de anarquia: Estados devem prover sua própria segurança, mas ameaças, ou a impressão da existência de ameaças, são constantes em uma ordem anárquica. A preocupação em identificar possíveis perigos e em reagir ante eles se torna um *modus vivendi*, pois as relações entre os atores são marcadas pelo “dilema da segurança”: medidas que asseguram a proteção de um Estado diminuem a segurança dos demais. Assim, a fonte de conforto de um Estado passa a ser a fonte de preocupação de outro.

---

<sup>21</sup> WALTZ, op. cit.

<sup>22</sup> Ibid.

<sup>23</sup> BARACUHY, B. **Vencer ao perder**: a natureza da diplomacia brasileira na crise da Liga das Nações (1926). Brasília: Funag, 2005, p. 44.

Ao enfatizar como as estruturas afetam ações e resultados, o Neorrealismo rejeita a suposição de que a cobiça por poder, inerente ao homem, constitui causa suficiente de guerra. Ele reconcebe o elo causal entre a interação das unidades com resultados internacionais. Desse modo, em um domínio anárquico, um *estado de guerra* existe não só se todos os Estados ambicionarem poder, mas também se procurarem apenas garantir sua segurança.

A elaboração da vertente neorrealista representa a adequação dos preceitos do Realismo Clássico às mudanças do sistema internacional. Essa tradição passou a dominar o debate das Relações Internacionais, não apenas por apresentar interpretações pertinentes ao sistema internacional, mas também por suscitar críticas contundentes.

## 5.0 A RETOMADA LIBERAL: O NEOLIBERALISMO

O descrédito que atingiu a tradição liberal, após 1945, estava associado à sua incapacidade de perceber os fatores que engendraram tanto a Segunda Guerra Mundial quanto a Guerra Fria. Classificado pelos realistas como utópico, o Liberalismo passou a ter um papel periférico na interpretação das relações internacionais, pois acreditava-se, que suas premissas estavam desvinculadas da realidade internacional.

Entretanto, na década de 1970, a *détente* criou a percepção de que as questões tradicionais de segurança, que dominaram as análises internacionais durante a Guerra Fria, perderiam importância em face dos temas econômicos, como o desenvolvimento e a interdependência<sup>24</sup>. As crises do petróleo, que evidenciaram a incipiente situação de dependência dos países desenvolvidos em relação às *commodities* dos subdesenvolvidos, aliadas ao custo do esforço de guerra do Vietnã, que abalou a maior economia do mundo, indicavam o declínio relativo da influência das grandes potências nas relações internacionais.

A partir desse cenário, o tema da interdependência ganhou destaque com a publicação das obras *Transnational Relations and World Politics* (1971) e *Power*

---

<sup>24</sup> MESSARI; NOGUEIRA, op. cit.

*and Interdependence: World Politics in Transition* (1977), ambas co-editadas por Robert Keohane e Joseph Nye. Eles argumentavam não ser mais possível pensar o sistema internacional exclusivamente do ângulo da segurança, como faziam os realistas. A economia internacional havia evoluído para uma etapa em que o poder passava a ser exercido mediante o uso exclusivo dos mecanismos financeiros e comerciais, sem haver a necessidade do uso extensivo da força. Esses fatores davam azo à emergência de atores não-estatais, à medida que desempenhavam papéis mais relevantes que os Estados, em decisões sobre investimentos, tecnologia, mídia etc<sup>25</sup>.

Nesse contexto, a abordagem da interdependência enfatizou a importância das organizações internacionais para criar condições favoráveis à cooperação. Para Keohane e Nye, embora a interdependência possa ser fonte de conflitos, por meio das organizações internacionais seria possível administrá-los, de maneira a permitir que os Estados usufruam dos benefícios de um sistema internacional mais integrado. Dessa forma, colimava-se demonstrar como a cooperação internacional podia ser explicada, abarcando as condições concretas da política mundial contemporânea, inclusive os problemas decorrentes das assimetrias de poder.

Os acontecimentos da década de 1980, contudo, anunciaram o fim do paradigma da interdependência. A eleição de Ronald Reagan para presidente dos Estados Unidos, que catalisou o fim da *détente* e provocou o endurecimento do conflito bipolar, solapou os postulados interdependentistas. Enquanto as análises da década de 1970 previam a tendência à obsolescência do Estado-nação, ao declínio do uso da força militar e à irrelevância das preocupações com segurança, na década seguinte seria refutada a importância das organizações internacionais como atores do sistema internacional, pois não havia sinais concretos de mudanças no sentido de um sistema internacional mais interligado e interdependente<sup>26</sup>.

A doutrina idealista-liberal precisava, portanto, ser renovada, para impugnar as premissas neoRealistas. Com vistas a preservar o núcleo central de sua teoria,

---

<sup>25</sup> GONÇALVES, op. cit.

<sup>26</sup> NYE, J. **Neorealism and Neoliberalism**. New York: Columbia University Press, 1986.

Keohane reviu e reformulou seus postulados. Procedeu-se assim uma revisão que começava com a aceitação de dois princípios realistas: o Estado foi considerado ator unitário, e o sistema internacional, anárquico. De acordo com J. Nogueira e N. Messari:

O padrão estabelecido por Waltz impunha aos teóricos rivais enfrentar o desafio de formular uma teoria que respeitasse a fronteira entre o interno e externo e, portanto, explicasse a política internacional a partir de uma visão *sistêmica* e não reducionista<sup>27</sup>.

Assim fizeram os teóricos que, a partir de então, se autodenominaram *neoliberais*. Eles concordaram com a situação internacional de incerteza e insegurança geradas pela anarquia, embora divergissem quanto às conseqüências desse estado. Enquanto para os neorrealistas a implicação da anarquia é a adoção de estratégias de sobrevivência cujo resultado é a competição pelo poder, para os neoliberais a ausência de autoridade não impossibilita a cooperação entre os Estados. Não obstante os atores sejam reconhecidos como egoístas, argumenta-se que a existência de *interesses comuns*, em um contexto estrutural propício à interação, pode ensejar a cooperação.

No entanto, o Neoliberalismo concebe que, na anarquia, os Estados não conseguem realizar ao máximo seus interesses. Em decorrência da falta de informações, prevalece a incerteza sobre qual será a reação dos atores à política externa de um Estado. Em um sistema complexo, como o internacional, o sucesso de uma estratégia individual vai depender de sua interação com as estratégias adotadas pelos demais atores.

O “Dilema de Segurança” foi encampado pelos neoliberais, mas sua implicação não é necessariamente o conflito, como o é na perspectiva realista. A lógica da anarquia, que condena os Estados a uma situação de eterno conflito, pode ser alterada. Considerando que os atores são *racionais*, e que o problema está no ambiente da interação, a solução para o dilema está na mudança desse

---

<sup>27</sup> MESSARI; NOGUEIRA, op. cit.

ambiente de modo a permitir aos atores calcular melhor suas oportunidades e, assim, tomar decisões que atendam melhor a seus interesses.

Os autores neoliberais argumentam ser possível mudar esse contexto de interação estratégica entre os Estados por meio da formação de instituições. Eles classificam três funções básicas, desempenhadas pelas instituições, para a formação das preferências dos atores: aumento do fluxo de informações, controle do cumprimento dos compromissos e mudança de expectativa a respeito da solidez dos acordos<sup>28</sup>.

O problema da opacidade das intenções, interesses e preferências dos Estados seria mitigado pelo aumento do fluxo de informações. Essa medida aumentaria a transparência nas relações internacionais, contribuindo para diminuir a incerteza que caracteriza o ambiente anárquico. Criar-se-iam, assim, condições para a coordenação de estratégias que beneficiem o conjunto das partes por meio da cooperação.

O controle do cumprimento dos compromissos, por meio de mecanismos institucionais de monitoramento, reduz os riscos de trapaça, criando condições para que os Estados adotem estratégias cooperativas com uma expectativa de reciprocidade por parte dos demais membros. Além disso, mecanismos criados para penalizar os Estados que não cumprem acordos aumentam o custo das estratégias não cooperativas, funcionando como uma maneira de compeli-los a “jogar conforme as regras do jogo”.

Ao mudar as expectativas dos atores no que tange à solidez dos acordos, diminui-se a falta de clareza sobre como eles se comportarão ao longo do processo de interação. Dessa forma, a existência de regras e procedimentos aumenta a previsibilidade das relações internacionais e, conseqüentemente, a segurança internacional.

O Neoliberalismo não apenas reconhece a anarquia internacional como fonte de conflitos, como os realistas, mas também propõem meios para tornar as relações internacionais mais amistosas. Essa vertente descarta os pressupostos considerados ingênuos pelos realistas, como a crença inabalável no progresso a

---

<sup>28</sup> MESSARI; NOGUEIRA, op. cit.

partir da razão, e parte de uma análise empírica do sistema internacional para apresentar uma visão opcional ao ceticismo neorrealista com relação ao papel das instituições na política mundial.

## 6.0 O DEBATE PARADIGMÁTICO

A contigüidade teórica entre Neorrealismo e Neoliberalismo se resume à concepção de estrutura internacional, aliada à percepção do Estado como ator unitário e do sistema internacional como anárquico. Afora essa convergência, os paradigmas se destacam, no debate acadêmico acerca da Teoria das Relações Internacionais, por suas divergências.

A crítica neoliberal condena as limitações da perspectiva neorrealista. Segundo Peter Katzenstein, “uma importante razão para os limites do Realismo Estrutural consiste no fato de que o reconhecimento ou autorização social acrescenta ou diminui as capacidades materiais do ator”<sup>29</sup>. O autor afirma que, em regimes democráticos, as ações do Estado precisam ser legitimadas pela sociedade, conformando as estratégias de política internacional dos Estados aos interesses endógenos do país.

A ação do Estado, para os neorrealistas, é baseada na satisfação máxima do auto-interesse, e seu comportamento é contingencialmente coordenado pela estrutura internacional. Os críticos do Realismo, contudo, argumentam -ser a ação do Estado baseada no consenso implícito ou explícito sobre normas que ajudam a coordenar a ação. Nesse sentido, a criação de organizações internacionais representa uma escolha dos Estados para mitigar as conseqüências da anarquia internacional.

Os neoliberais possuem uma percepção do Estado que difere consideravelmente da perspectiva teórica dos neorrealistas. Enquanto estes desconsideram a reciprocidade entre as relações internacionais e as contradições

---

<sup>29</sup> KATZENSTEIN, P. **Analyzing Changes in International Politics**. Federal Republic of Germany: 1990, p. 8.

internas dos países, aqueles consideram que o Estado não é artificialmente separado da estrutura social com a qual ele se relaciona<sup>30</sup>.

A tradição realista nega a relevância das diferenças entre as unidades individuais: elas são guiadas somente pelo auto-interesse e pela estrutura internacional. Desse modo, o Estado se assemelha a uma “bola de bilhar” – opaco e padronizado –, de sorte que suas peculiaridades sociais, idiossincrasias e formação histórica não alteram sua atuação no sistema internacional.

A vertente neoliberal, conquanto reconheça a influência do estado de anarquia nas ações dos atores, não rejeita a importância dos fatores endógenos aos Estados na política internacional. Ela diferencia governo de Estado, que, por sua vez, não é concebido “a-historicamente”. Assim, o Neoliberalismo não corre o risco de universalizar uma concepção política voluntarista em uma sociedade atomizada<sup>31</sup>.

Representado por K. Waltz, o Neorealismo critica os postulados neoliberais pela falta de perspectiva histórica: as concepções liberais foram encampadas somente a partir de 1919 – ano em que se estabeleceu a criação da Liga das Nações. Em contrapartida, ele afirma que o neorealismo possui uma abordagem “a-histórica”, considerando permanentes as características do sistema que são produto de fases distintas e específicas das relações internacionais<sup>32</sup>. Entretanto, G. Thernborn argumenta que “mesmo o mais abstrato dos discursos teóricos e os empreendimentos científicos são produtos de sociedades particulares em um particular período histórico”<sup>33</sup>. Além disso, é questionável a suposição de que tenha havido um “sistema internacional” antes da formação dos Estados-nação ou da emergência do mercado internacional.

Segundo Nye, a teoria realista nunca conseguiu responder satisfatoriamente como Estados definem seus interesses e como esses interesses mudam<sup>34</sup>. Os realistas sustentam que os atores aprendem ao responder às

---

<sup>30</sup> Ibid.

<sup>31</sup> KATZENSTEIN, op. cit.

<sup>32</sup> HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

<sup>33</sup> THERBORN, apud HALLIDAY, op. cit., p. 48.

<sup>34</sup> NYE, op. cit.

mudanças estruturais em seu meio, adotando estratégias cooperativas apenas quando houver benefícios mútuos. Essa explicação pode, amiúde, responder satisfatoriamente ao cenário internacional, mas é incompleta, pois não esclarece como os interesses são formulados ou redefinidos. Diferentes situações geopolíticas podem suscitar reações diversas, dependendo do governante ou da ideologia dominante em um Estado. A teoria realista tampouco interpreta como os grupos de uma sociedade podem lançar mão de parceiros em coalizões transnacionais ou utilizar normas e organizações internacionais para avançar ou retardar o aprendizado de novos interesses por seus próprios governos<sup>35</sup>. Dessa forma, Nye afirma que “a teoria realista é melhor em explicar interações do que interesses. Uma teoria de interesses definida somente em termos de poder é uma teoria de interesses empobrecida”<sup>36</sup>.

Outro debate que polarizou neorrealistas e neoliberais concerne a ganhos relativos *versus* ganhos absolutos. Os neorrealistas afirmam ser a percepção de *ganho*, em um Estado, decorrente da comparação com outros atores. As ações estatais, no sistema internacional, seriam guiadas pelos ganhos que se podem obter a mais que outros países, com o escopo de preservar o *status quo* ou sobrepujar seus pares. Para os neoliberais, essa lógica pode – e deve – ser alterada, para que os Estados almejem apenas ganhos absolutos. Isso estimularia a interação entre os atores, tornando as relações internacionais menos competitivas e mais cooperativas.

Não obstante, Carr faz uma crítica contundente aos preceitos liberais, que urge por um mundo cooperativo e unificado:

Assim como os apelos por “solidariedade nacional”, em política interna, sempre partem de um grupo dominante, que pode usar essa solidariedade para fortalecer seu controle da nação como um todo, os apelos por solidariedade internacional e união mundial partem das nações dominantes, que têm esperança de exercer controle sobre um mundo unificado<sup>37</sup>.

---

<sup>35</sup> Ibid.

<sup>36</sup> Ibid, p. 160.

<sup>37</sup> CARR, op. cit. p. 112.

Os apelos por “solidariedade” internacional são análogos aos apelos por cooperação internacional. Inequivocamente, o atual arauto das teorias liberais é -a potência dominante, os Estados Unidos.

Em síntese, tanto a vertente neoliberal quanto a neorrealista possuem vícios. Por um lado, a crença neoliberal nas instituições como agentes promotores da cooperação pode ser classificada como ingênua, pois, no cenário atual, os organismos internacionais refletem a distribuição de poder no sistema internacional. Por outro, conforme afirmou Carr, o Neorrealismo exclui quatro ingredientes essenciais de todo pensamento político eficaz: “um objetivo finito, um apelo emocional, um direito de julgamento moral e um campo de ação”<sup>38</sup>.

## **7.0 CONCLUSÃO**

O Neorrealismo e o Neoliberalismo representam uma evolução das teorias idealista-liberal e realista. O debate teórico sobre as relações internacionais acompanhou as mudanças do sistema internacional, que, à medida que se torna mais complexo, exige a adaptação da teoria à realidade. O Neorrealismo logrou revitalizar a teoria realista, criando os conceitos de estrutura e sistematizando as premissas realistas, trabalho realizado nas obras de K. Waltz. A análise alicerçada no poder e na sobrevivência é indispensável em qualquer evento internacional, mas incorre em erro ao excluir outras variáveis que influenciam na ação dos Estados. Representado por J. Nye e R. Keohane, o Neoliberalismo, por outro lado, tornou-se mais plausível ao encampar pressupostos realistas, como o papel central do Estado nas relações internacionais e o estado de anarquia, e analisar objetivamente o sistema internacional. Entretanto, essa vertente herdou elementos utópicos do idealismo-liberal, pois colima, sobretudo, mudar as relações internacionais por meio da cooperação entre os atores. Nesse diapasão, a ênfase na importância das organizações internacionais como promotoras da paz olvida a política subjacente na criação dessas instituições. Portanto, as tradições idealista-

---

<sup>38</sup> Ibid, p. 117.

liberal e realista proporcionam uma análise pertinente da política internacional apenas se utilizadas com complementaridade. Essa relação atribui à Teoria das Relações Internacionais uma natureza una, pois os paradigmas que a compõem não são excludentes, mas complementares, ensejando assim interpretações mais criteriosas do sistema internacional.

## 7.0 REFERÊNCIAS

BARACUHY, B. **Vencer ao perder**: a natureza da diplomacia brasileira na crise da Liga das Nações. (1926). Brasília: Funag, 2005.

CARR, E.H. **Vinte anos de crise 1919 – 1939**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001.

GONÇALVES, W. **Relações internacionais**. [s.d.].

HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1999.

HOBBS, T. **Leviatã**. São Paulo: Martin Claret, 2004.

KANT, I. **À paz perpétua**. Porto Alegre: LP&M, 1997.

KATZENSTEIN, P. **Analyzing Changes in International Politics**. Federal Republic of Germany: 1990.

MAQUIAVEL, N. **O príncipe**. São Paulo: Hemus, 1977.

MESSARI, N.; NOGUEIRA, J.P. **Teoria das Relações Internacionais**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

MORGENTHAU, H. **A política entre as nações**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2003.

NYE, J. **Neorealism and Neoliberalism**. New York: Columbia University Press, 1986.

SALDANHA, E. **Teoria das Relações Internacionais**. Curitiba: Juruá, 2005.

WALTZ, K. **Origins of War in Neorealist Theory**. *Journal of Interdisciplinary History*, v. 18, 1988.

WIGHT, M. **A política do poder**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.